

Editorial

A Ciência (Sísifo): jogos de força e verdade

A leitura do livro de Pierre Bourdieu *Science de la Science et Reflexivité. Cours au Collège de France 2000-2001*¹ como que desencadeou este editorial. O sociólogo francês tomava ali a ciência como objecto de análise, expondo-se desse modo também ele, enquanto investigador, a “uma reflexividade generalizada”. A questão que colocou a abrir apresentava-se-lhe algo paradoxal: “como é possível que a actividade científica, uma actividade histórica, inscrita na História, produza verdades consideradas trans-históricas, independentes da História, fora de qualquer relação com o lugar e o momento, portanto eterna e universalmente válidas?” Bourdieu afirmava que não pretendia relativizar o conhecimento científico às suas condições históricas, mas, ao contrário, era sua intenção contribuir para que os cientistas pudessem compreender melhor os mecanismos sociais que orientam a sua prática e também o mundo social em que se produz o conhecimento da natureza e dos homens.

A discussão empreendida fez-me tornar a reflectir sobre a minha relação, enquanto investigador do passado educacional, quer com os decisores políticos, amiúde transformados em “clientes” da *expertise* científica e tradutores das verdades por estes criadas, quer com a chamada opinião pública, portadora, quase sempre enfática, de uma representação da verdade como dimanando também ela de certezas comprovadas cientificamente.

Tudo isto vem a propósito de um estudo de avaliação do ensino artístico especializado da música, encomendado pelo Ministério da Educação à

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa em 2006 e no qual tenho desde então trabalhado com o meu colega Domingos Fernandes, no meio de grande polémica. Este triângulo configura uma fortíssima tensão e jogos de espelhos sobre os quais importa pensar. Enquanto académicos, as nossas experiências no chamado serviço à comunidade são duplamente reinscritas. Há, por um lado, quem veja na ciência uma instância legitimadora de decisões que, em bom rigor, não precisam de se objectivar na racionalidade e nos conectores expendidos pelos investigadores; há, por outro lado, quem em nome dos seus interesses determine a ilegitimidade e se determine em retirar credibilidade a todo o trabalho científico que procure identificar bloqueios, tradições e reclame a possibilidade de uma avaliação. E a reflexão a fazer-se, a meu ver, vai menos no sentido de uma recusa deste invariante da invocação-tradução-negação-diabolização e mais no sentido de tomar antecipadamente consciência, e diria, uma aguda consciência, de que é sempre no interior desta mecânica que o nosso discurso é socialmente descodificado. Nestes termos, parece-me fácil reivindicar um pressuposto crítico como devendo estar na base da ciência que procuramos fazer. E esse pressuposto é o de pôr em crise e problematizar de modo radical visões que hoje surgem *naturalizadas* pela tradição e pelos consensos das elites dominantes, mas que resultam sempre da compactação de processos, ambíguos, contraditórios e até, por vezes, arbitrários. Quando expostos com rigor — isto é com evidência

empírica — estes processos obrigam muitas vezes os actores a olhar com mais incómodo para posições em que se julgavam instalados e com a tranquilidade própria de quem fala do lado da verdade e da moral. Há que forçar esta possibilidade e estendê-la o mais longe possível. Defendo uma história genealógica que possa pensar contra o presente e as suas certezas cegas. E é aqui que de Bourdieu passo a Foucault.

Retomo nesta tribuna um postulado foucaultiano, o qual me parece lapidar para o que aqui nos ocupa: *não há relação de poder sem a correlativa constituição de um campo de conhecimento, nem nenhum conhecimento que não pressuponha e constitua ao mesmo tempo relações de poder*. O exercício de governo é — foi e sê-lo-á antes e depois de todos nós fazermos o que estamos a fazer — uma actividade criativa e produtiva em larga medida mediada pelas categorias e diagnósticos produzidos ou promulgados pelos cientistas. Com efeito, se as racionalidades políticas fazem a realidade entrar no domínio do pensável, as tecnologias de governo visam traduzir o pensamento no domínio da realidade e estabelecer, no mundo concreto das pessoas e das coisas que as envolvem, espaços e dispositivos ágeis capazes de actuar sobre ela. Através de um exercício que entrecruza linhas genealógicas, por vezes com proveniências bem remotas, Foucault mostra-nos na sua obra como as tecnologias de dominação se informaram historicamente pelas ciências — da medicina à filosofia e ao direito — no sentido de classificar, objectivar e normalizar os indivíduos.

A consequência mais importante que este tipo de investigações históricas tem para o meu trabalho é a de tornar não só obrigatória, mas efectivamente central, uma discussão acerca do *estatuto da ciência e dos jogos de validação social do discurso científico*. Ainda que a questão tenha uma aparência de tipo epistemológico, do que se trata é de procurar compreender quais as transformações operadas no campo do conhecimento; todavia, o propósito não será nunca o de compor uma antologia das asserções cientificamente aceites como correctas ou rejeitadas, por falsas, numa determinada fase do passado. O que uma história crítica da racionalidade científica deve focar são, em seu lugar, e na fórmula utilizada por Canguilhem, as implicações práticas resultantes da circulação dos discursos verídicos.

É facto notório que a ciência sempre falou a verdade, o que quer dizer, exactamente e tão apenas, que a verdade é simplesmente o que a ciência fala. Tendo presente o tipo de formatação histórico-social dos indivíduos na modernidade, expandida por Foucault, a minha análise, decorra ela de compromissos académicos ou de serviço à comunidade, procura encaminhar-se para os espaços de debate em que os sujeitos se descobriram dentro ou fora dos critérios da verdade científica do tempo. Desde logo, terei que saber trocar o enunciado científico em si por uma análise interna da disciplina científica; sair da história da formação de um discurso científico para a história da formação de uma disciplina científica; e, fundamentalmente, da passagem do falar verdade do discurso da norma para a disciplina que delimita o território da verdade.

Como se vê, no meu projecto pessoal de investigação também a ciência está no epicentro da análise. Estou sempre a procurar compreender como as credenciais das ciências vão operando em relação (i) aos regimes das práticas institucionais, (ii) às racionalidades práticas que investem esses mesmos regimes de determinados propósitos e objectivos, (iii) às tecnologias que autorizam os agentes não-humanos, como os artefactos técnicos utilizados em dispositivos de inscrição, recolha e dispersão de dados, a participar igualmente nas operações de governo dos indivíduos.

Persuado-me que, procedendo de acordo com esta agenda, posso contribuir com informações e diagnósticos que, por si mesmos, ajudem a produzir novas informações e diagnósticos diferentes. Não falo em nome de uma verdade; falo tendo como horizonte a possibilidade de novos cenários verídicos. De uma verdade sempre por vir.

NOTAS

1. Cito a tradução portuguesa Pierre Bourdieu (2001). *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70.

JORGE RAMOS DO Ó

(Lisboa, 11 de Abril de 2008)